

## Repositório ISCTE-IUL

---

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2025-02-17

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Moriconi, M. (2024). Sportswashing: Jornalismo restritivo e geopolítica da incoerência. In Gustavo Cardoso (Ed.), *A nova comunicação*. (pp. 371-384). Coimbra: Almedina.

Further information on publisher's website:

<https://www.almedina.net/a-nova-comunicacao-1727096574.html>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Moriconi, M. (2024). Sportswashing: Jornalismo restritivo e geopolítica da incoerência. In Gustavo Cardoso (Ed.), *A nova comunicação*. (pp. 371-384). Coimbra: Almedina.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

---

### Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

---

Moriconi, M (2024): *Sportswashing: jornalismo restritivo e geopolítica da incoerência*. Em Cardoso, G. (ed.): *A Nova Comunicação*. Lisboa: Almedina.

## ***Sportswashing: jornalismo restritivo e geopolítica da incoerência*<sup>1</sup>**

**Marcelo Moriconi**

Centro de Estudos Internacionais

Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

O *sportswashing* tornou-se um conceito popular quando se analisa a utilização política do desporto. Em 2021, *sportswashing* foi escolhida como a palavra do ano pelo Conselho Norueguês da Língua (Elsborg 2022). De acordo com esta instituição, a lavagem de imagem através do desporto ocorre "quando os governos de países autoritários utilizam grandes eventos desportivos para se mostrarem melhor ou quando tentam fazer o mesmo comprando ou patrocinando clubes desportivos populares" (Elsborg 2022).

O conceito ganhou espaço no discurso público, principalmente nos meios de comunicação social de língua inglesa (Skey 2022), durante a preparação e a realização do Campeonato do Mundo de Futebol da FIFA no Qatar.

Apesar da prevalência do termo, a sua utilidade é limitada na descrição da realidade e das práticas que tenta abarcar. Mais do que um conceito de análise política, o *sportswashing* parece ter-se tornado um preconceito ideológico. Este capítulo explica porquê.

Após esta breve introdução, o capítulo divide-se em quatro partes. A primeira centra-se na origem do conceito. A segunda parte analisa a construção do neologismo. Posteriormente, são analisadas as estratégias de utilização política do desporto no Qatar e na Arábia Saudita, dois dos casos mais intensamente descritos como *sportswashing*. Esta secção demonstra a multiplicidade de programas políticos e ações empresariais que pretendem ser subsumidos a

---

<sup>1</sup> Para uma versão estendida e aprofundada dos conceitos ver Moriconi (2024): *Deconstructing Sportswashing: analytical concept or ideological prejudice?* In Breuer, M., & Forrest, D. (Eds.). *The Palgrave handbook on the economics of manipulation in sport*. Cham, Suíça: Palgrave Macmillan.

uma lógica uniconceptual. Por fim, são discutidas as limitações cognitivas e a ineficácia analítica do uso deliberado do termo.

### **A emergência e a utilização jornalística**

De acordo com Elsborg (2022), o termo *sportswashing* foi utilizado pela primeira vez num comunicado de imprensa da organização Sport for Rights sobre os Jogos Europeus de 2015. Nessa oportunidade, a organização advertiu que:

"O Azerbaijão dedica-se ao *sportswashing*: está a tentar desviar as atenções do seu historial em matéria de direitos humanos patrocinando e acolhendo eventos de prestígio, como o Grande Prémio da Europa de 2016, os jogos do Campeonato Europeu de Futebol de 2020 e, este mês, a separação olímpica dos Jogos Europeus."

Esta definição ajuda a limitar o âmbito operacional do conceito. O que caracteriza o *sportswashing* não é o quê, mas quem. O foco não está na ação (utilização do desporto na diplomacia e na política), mas no ator que a executa: os governos autoritários.

Basta recordar a propaganda nazi durante os Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936, bem como o Campeonato do Mundo da FIFA na Itália fascista, em 1934, e na Argentina ditatorial, em 1978, para compreender que a utilização do desporto para fins políticos não é nova e que a utilização política do desporto por regimes autoritários pode ser considerada o bisavô do conceito moderno de *sportswashing*. Não há nada de novo nem sobre o quê, nem sobre o quem.

Nos últimos anos, o conceito chegou às ciências sociais, onde surgiu uma produção incipiente de artigos sobre o tema (Boykoff 2022; Skey 2022; Fruh et. al. 2022; Søyland & Moriconi 2022). O conceito é tão novo que nem sequer existe um consenso sobre a sua morfologia. Tem sido apresentado em vários formatos: *Sport washing* (Chadwick & Widdop 2022); *Sport-washing* (Næss, H.E. 2020); *Sportwashing* (Lareau 2022); *Sports-washing* (Kobierecki & Strožek 2021); e aquele que parece ter vindo para ficar: *Sportswashing* (Søyland & Moriconi 2022; Skey 2022).

As datas de publicação dos artigos que utilizam o termo mostram como o conceito é recente no mundo académico. Anteriormente, como já foi referido, o termo era utilizado principalmente em textos jornalísticos e em relatórios políticos de organizações de direitos humanos.

### **A construção do neologismo**

Skey (2022) explica que a construção do neologismo segue a lógica de dois antecessores: *whitewashing* e *greenwashing*. O primeiro refere-se à prática de usar tinta de cal barata para esconder ou encobrir superficialmente um defeito estrutural ou de fundo. Embora o pintor conheça os seus problemas, uma parede caiada de branco parece impecável ao olho destreinado (Wexler, 2013: 825 cit. em Skey 2022).

Por outro lado, o *greenwashing* refere-se, em termos gerais, a formas de comunicação que induzem as pessoas a formar crenças demasiado positivas sobre as práticas ou produtos ambientais de uma organização (Lyon e Montgomery, 2015: 223).

Agora, temos o cerne da questão. Estamos a lidar com uma prática histórica que é atualmente utilizada por atores autoritários como, segundo os enunciadores do conceito, uma fachada para um objetivo espúrio. A novidade é o objetivo (o porquê), que é sempre intencionalmente espúrio, negativo, imoral. O branqueamento desportivo, como todos os tipos de branqueamento, é um fenómeno negativo e fraudulento, sempre ligado ao engano consciente e intencional dos outros e à ocultação da realidade.

Boykoff (2022) define o *sportswashing* "como um fenómeno em que os líderes políticos utilizam o desporto para parecerem importantes ou legítimos no panorama mundial, ao mesmo tempo que alimentam o nacionalismo e desviam a atenção de problemas sociais crónicos e de questões de direitos humanos na frente interna". Os praticantes de lavagem de dinheiro do desporto são Estados autocráticos ricos em recursos que investem enormes quantias de dinheiro no desporto internacional como parte da sua diplomacia pública (Krzyzaniak, 2016), com o objetivo de se reposicionarem ou promoverem como modernos, liberais e amigos do Ocidente, e de ganharem atração através da sua associação ao desporto mundial (Lenskyj, 2020).

Embora o conceito tenha sido utilizado para criticar países como o Azerbaijão, a Rússia e a China, os principais alvos de quem o invoca têm sido os países árabes, nomeadamente o Qatar, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos (Chadwick & Widdop 2022; Elsborg 2018, 2022, 2023; Fruh et al. 2022; Søyland & Moriconi 2022). Um dos fatores que levou a opinião pública a analisar esta região foi a escolha do Qatar como anfitrião do Campeonato do Mundo de Futebol de 2022.

Em dezembro de 2010, a FIFA anunciou que os Campeonatos do Mundo de 2018 e 2022 se realizariam na Rússia e no Qatar, respetivamente. Nenhum dos dois candidatos era o principal favorito e, desde o início, foram comunicadas várias irregularidades que viriam a desencadear o caso conhecido como "FIFA-Gate". Se a eleição da Rússia foi uma surpresa, a do Qatar foi

um choque. Não só se tratava de um pequeno Estado com pouca história no futebol e sem infraestruturas para acolher um evento desta natureza, como o seu clima de verão (a época em que historicamente se realiza a competição) era extremamente quente para a prática normal do futebol. Este último problema foi finalmente resolvido com a alteração da data para o final do ano, novembro e dezembro de 2022.

Entretanto, os rivais políticos do Qatar na Península Arábica também estavam a expandir a sua esfera de influência no desporto. Os Emirados Árabes Unidos investiram massivamente na compra de clubes de futebol e na criação de equipas competitivas, investindo milhões de dólares; e a Arábia Saudita fez acordos de patrocínio milionários e adquiriu os direitos de organização de várias competições desportivas (Søyland e Moriconi 2022, Ronay 2019). O desporto tornou-se uma questão importante para os Estados do Golfo e todos estes governos continuam a esforçar-se por se tornarem uma força importante no mundo do desporto global.

Perante estes factos, será correto encarar estas eleições políticas como um simples processo de "lavagem de imagem" para esconder problemas internos e desviar a atenção das questões dos direitos humanos? Sintetizar este processo como uma mera iniciativa de lavagem desportiva cria um quadro amplo e complexo de interpretação e debate, ou é antes uma visão redutora e simplista da realidade?

### **O desporto como instrumento de desenvolvimento: o caso do Qatar e da Arábia Saudita**

A Comissão Europeia (CE) (2011) afirmou que o desporto desempenha muitos papéis importantes na sociedade. No seu Livro Branco sobre o Desporto, a instituição (Comissão Europeia 2007) considerou o desporto como um fenómeno social e económico que contribui diretamente para os objetivos estratégicos da UE de maior solidariedade e prosperidade, sendo também um meio de combater a violência e a discriminação e de promover a saúde e o bem-estar social, a inclusão social, a integridade e a ética.

Tal como a CE reconhece o desporto como um instrumento para atingir objetivos estratégicos, os países árabes incluíram o desporto nos seus programas de desenvolvimento e modernização. Nas últimas décadas, por exemplo, os governos da Arábia Saudita e do Qatar sublinharam claramente a necessidade de diversificar as suas economias para se tornarem menos dependentes dos combustíveis fósseis e menos vulneráveis às flutuações do mercado da energia (Søyland e Moriconi 2022).

Esta necessidade está associada à implementação de uma política de desenvolvimento sustentável para gerar rendimentos a partir de novos sectores, promover o seu próprio desenvolvimento e manter um elevado nível de vida para as novas gerações de cidadãos (Secretariado Geral para o Planeamento do Desenvolvimento, 2008). Neste contexto, ambos os países incluíram o desporto como uma área crucial no seu plano de desenvolvimento estratégico, que é explicitado nos seus respetivos programas Visão 2030 (Secretariado Geral para o Planeamento do Desenvolvimento 2008, 2011, 2018; Elsborg 2018).

A Estratégia do Sector do Desporto 2011-2016 foi um dos catorze sectores-chave integrados no Plano Nacional de Visão 2030 do Qatar (QNV2030), e fez parte da agenda da Estratégia Nacional de Desenvolvimento em 2011 (Secretariado Geral para o Planeamento do Desenvolvimento, 2011). O desporto é apresentado como um meio para atingir objetivos nacionais e internacionais. A nível nacional, contribui para promover a coesão social, uma sociedade mais saudável e o aumento da produtividade do trabalho (Comité Olímpico do Qatar, 2011).

A nível global, através do investimento no desporto e do desenvolvimento de eventos internacionais, é possível forjar melhores laços diplomáticos, aumentar o estatuto regional, atrair turismo, desenvolver infraestruturas e aumentar o prestígio internacional com vitórias relevantes (Comité Olímpico do Qatar, 2011). A realização de eventos desportivos que atraem centenas de milhões de espectadores em todo o mundo "oferece ao Qatar uma possibilidade única de mostrar o seu país ao público global e de mudar os estereótipos sobre o país e a região, acabando por ganhar *soft power* no sistema internacional" (Søyland e Moriconi 2022).

A Arábia Saudita partilha esta visão e inclui o desporto no seu plano estratégico. Considera o desporto como um instrumento eficaz para ganhar influência política, melhorar as relações diplomáticas, fazer investimentos rentáveis e promover o país e a sua cultura. O desporto é também um sector eficaz para promover outros projetos da sua agenda de modernização e desenvolvimento, como a criação de uma mega-cidade futurista NEOM de 500 mil milhões de dólares (Elsborg 2022).

O programa de ação do governo saudita é apoiado pelo Fundo de Investimento Público (PIF) criado para "diversificar e enriquecer a experiência turística e de lazer do Reino para construir uma sociedade mais vibrante e consolidar o papel económico e social do sector do desporto a todos os níveis" (Elsborg 2022).

Através do FPI, o país investiu em patrocínios desportivos e na aquisição do clube de futebol inglês Newcastle United. Com esta aquisição, a Arábia Saudita equipara-se aos seus rivais regionais, que possuem o PSG (Qatar) e o Manchester City (Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos). O país também conseguiu atrair estrelas do futebol internacional, como Lionel Messi, que se tornou embaixador do turismo no país, e Cristiano Ronaldo, que decidiu continuar a sua carreira no Al-Nassr e tornar-se embaixador do projeto com o qual o país pretende coroar a sua chegada triunfal ao mundo do desporto, acolhendo o Campeonato do Mundo de Futebol de 2036.

Søyland e Moriconi (2022) mostram que aquilo que alguns críticos definem como *sportswashing* é, na realidade, uma estratégia eficaz com objetivos sociais, económicos e políticos claros. Esta estratégia assenta em quatro pilares: a) acolher eventos desportivos internacionais e construir instalações desportivas de ponta; b) investir no desporto global e nos direitos de transmissão, juntamente com a promoção de iniciativas desportivas, como a integridade desportiva; c) promover e desenvolver o sucesso desportivo a nível de elite; e d) envolver estrelas famosas do desporto que falem publicamente a favor do regime nacional e da sociedade.

### **Limitações e contradições do conceito de *sportswashing***

A primeira limitação do conceito prende-se com a sua utilização e, em particular, com os atores que se apresentam como "*sportswashers*". Aqueles que levam a cabo as ações, de acordo com as limitadas conceptualizações existentes, são as autocracias e os governos autoritários. Não se trata de um conceito que analise as práticas, as ações e as intervenções. Se as mesmas ações, práticas ou programas forem executados por "atores democráticos", então não se trata de lavagem de imagem através do desporto, mas de uma utilização política do desporto ou de diplomacia desportiva.

Como já foi explicado, tanto a Comissão Europeia como os governos do Qatar e da Arábia Saudita definiram o desporto como um motor de modernização e um meio para atingir objetivos estratégicos. Para além desta premissa política, a mera implementação de um programa político assente nesta ideia é entendida por aqueles que atualmente utilizam o conceito de *sportswashing* como uma ação política justa quando utilizada por governos considerados democráticos, mas como propaganda destinada a branquear uma reputação manchada em matéria de direitos humanos quando utilizada por governos autoritários/autocráticos.

Colocado de uma outra maneira: não há *sportswashing* por parte dos governos democráticos? A resposta fácil seria não, porque não há nada para branquear numa "democracia" ou, pelo menos, onde os direitos humanos estão protegidos.

Mas então, o que acontece com o movimento Black Lives Matter nos Estados Unidos? Perante este dilema, Boykoff alerta que "as violações dos direitos humanos também ocorrem diariamente nas democracias ocidentais" e afirma que o *sportswashing* também pode ser utilizado nestes regimes porque os megaeventos desportivos "distraem o público de processos injustos como a gentrificação, os sem-abrigo e a hipervigilância". O autor recorda que Eric Garcetti, presidente da Câmara de Los Angeles, que acolherá os Jogos Olímpicos de verão em 2028, "utilizou o flagelo dos sem-abrigo para fazer *sportswashing*, afirmando que 'tenho a certeza de que, quando os Jogos Olímpicos chegarem, conseguiremos acabar com os sem-abrigo nas ruas de Los Angeles'" (Baykoff 2022).

Por outro lado, é um conceito pejorativo e despótico. O conceito, na sua semântica, implica uma fraude ou um embuste. Qualquer programa político que utilize o desporto como meio de desenvolvimento, modernização ou mesmo crescimento económico é transformado, através da conceptualização do *sportswashing*, num ato de propaganda que tende a lavar reputações manchadas de direitos humanos. Independentemente dos documentos, provas e factos concretos que possam demonstrar os sucessos políticos da utilização do desporto, os enunciadores do conceito assumem como axiomático que tais programas são uma mera fachada: o verdadeiro objetivo da utilização do desporto para fins políticos não está escrito, mas escondido, e é o de branquear atos condenáveis e imorais. Perante esta situação enunciativa e semântica, não há lugar para debate. O próprio conceito é definido de tal forma que se assume que os branqueadores desportivos não têm boas intenções; trata-se de um juízo crítico do enunciador. Por conseguinte, o conceito não tenta compreender ou descrever uma realidade; tenta denunciar e condenar a ação, sem qualquer possibilidade de defesa por parte do ator criticado. Qualquer prova, argumento, justificação ou defesa por parte do branqueador desportivo será entendida pelo enunciador como uma nova ação de branqueamento. Trata-se, portanto, de um conceito limitativo e autoritário na sua essência.

Outro problema é que a lógica do poder e da ação humana que está na base do conceito é pouco útil para a análise das relações internacionais. O conceito perde de vista o facto de que, para que o branqueamento tenha lugar, é necessário que haja cumplicidade e legitimidade por parte dos outros intervenientes no processo. Neste caso, a legitimidade viria dos órgãos dirigentes

do desporto, dos clubes e instituições que aceitam ser patrocinados pelos branqueadores desportivos e das estrelas que se tornam embaixadoras do desporto. Poder-se-ia até incluir, em certa medida, o público como cúmplice. Embora haja casos em que os adeptos questionaram os patrocínios de empresas simpatizantes de regimes autoritários (especialmente no caso de equipas com uma longa tradição de sucesso desportivo, como o Bayern de Munique ou o Barcelona)<sup>2</sup>, a maioria dos adeptos de pequenos clubes tende a aceitar rapidamente a chegada de capital estrangeiro, independentemente da sua origem, quando este determina um aumento radical da competitividade e do sucesso desportivo da equipa.

Os pilares de uma estratégia global de utilização política e económica do desporto requerem sempre de legitimação e aceitação externa. Assim, se o objetivo for apenas a lavagem desportiva, a eficácia da prática da lavagem desportiva não depende do promotor, mas daqueles que a legitimam.

Por exemplo, o direito de organizar competições desportivas pertence às federações desportivas internacionais. São elas que analisam e escolhem entre as propostas e determinam se devem ou não avançar e manter o mesmo calendário e os mesmos eventos. Mesmo nos casos em que existe um contrato, se houver algum inconveniente ou se os serviços não forem prestados de forma eficiente, o vínculo contratual pode ser revogado. Um bom exemplo é o de um autódromo que não possa garantir a integridade e a segurança dos pilotos: o contrato pode ser anulado.

Num mundo globalizado, a construção das infraestruturas necessárias aos megaeventos de qualquer tipo está geralmente nas mãos de empresas estrangeiras. No caso do Qatar, por exemplo, os estádios foram construídos por empresas estrangeiras, muitas delas europeias, que tiraram o máximo partido do sistema laboral do Qatar.

O investimento em clubes e direitos de transmissão seria uma transação de mercado justa, em que pelo menos duas partes têm de estar de acordo. E é geralmente claro quem vende e quem compra. O proprietário do clube ou do evento a transmitir decide se aceita a oferta.

Em termos de sucesso desportivo, os atletas são obrigados a aceitar defender as cores das instituições nacionais, seja a nível individual, coletivo, de clube ou nacional. Da mesma forma, não existe qualquer coação sobre os atletas que aceitam relatar publicamente experiências de

---

<sup>2</sup> Ver Soyland & Moriconi 2020.

sucesso em países autoritários ou sobre os atletas que, através de um contrato, decidem tornar-se patrocinadores de alegados países de branqueamento desportivo.

Longe de querer investigar os canais e os incentivos (as causas e os motivos) pelos quais a legitimação ocorre, aqueles que denunciam o *sportswashing* atacam diretamente os promotores destes pilares como se o próprio processo dependesse deles.

Mas a fraqueza mais evidente do conceito de *sportswashing* é que a evidência mostra que o sucesso de qualquer programa de utilização política do desporto leva a um maior escrutínio no que diz respeito à política interna e aos conflitos nacionais (Søyland e Moriconi 2022). Ou seja, mais que esconder, o que se produz é que tudo sai à luz, mesmo aquilo que poderia não ser desejado.

O caso do Qatar é um exemplo claro. O simples facto de acolher o Campeonato do Mundo de Futebol de 2022 chamou a atenção internacional para este pequeno e relativamente desconhecido país do Golfo.

Em termos de direitos humanos, basta fazer uma pequena pesquisa sobre a quantidade de notícias sobre o sistema de Kafala no Qatar, antes e depois da atribuição do Campeonato do Mundo FIFA 2022, para encontrar resultados interessantes. O jornal The Guardian, por exemplo, é um divulgador recorrente de notícias sobre a crueldade da Kafala no Qatar e publicou o seu primeiro artigo sobre o assunto em 2013. O número de notícias sobre o assunto aumentou acentuadamente em 2021 e 2022. Os artigos sobre a Kafala estavam sempre ligados ao Qatar como futuro anfitrião do Campeonato do Mundo. Convém lembrar que a Kafala é um sistema cruel de promoção e controlo da migração laboral que ocorre nos países do Golfo Pérsico, e não é apenas uma questão do Qatar. No entanto, uma rápida pesquisa nos motores de busca dos principais jornais do mundo demonstra a pouca atenção jornalística que foi e continua a ser dada aos abusos da Kafala no Bahrein, Kuwait, Líbano ou Omã, todos eles países da mesma região onde o regime também existe.

Por outras palavras, o que interessa não é Kafala e os seus abusos: o que interessa é o Qatar. E os direitos humanos no Qatar só interessam porque o Campeonato do Mundo de Futebol da FIFA está a decorrer nesse país. O Campeonato do Mundo não fez desaparecer a questão, o Campeonato do Mundo trouxe-a à luz do dia. Se tivesse sido em Omã, estaríamos a falar de Omã, e ainda seriam muito poucos os ocidentais que conseguiriam encontrar o Qatar no mapa. O Qatar não tinha nada para lavar porque passou despercebido até 2010.

Isto está longe de ser um problema. É uma grande oportunidade que o desporto cria para promover bons valores universais, especialmente os direitos humanos, graças à força e ao impacto do sector. Por exemplo, a organização do Campeonato do Mundo de Futebol da FIFA levou o Qatar a comprometer-se "a implementar um sistema contratual para substituir o sistema Kafala, incluindo a renovação das autorizações de residência diretamente com os trabalhadores migrantes e não através dos empregadores" (Human Rights Watch 2020). (Human Rights Watch 2020)

Mas para isso, para além de rever as limitações cognitivas do conceito de *sportswashing*, é fundamental compreender as motivações e incentivos que permitem uma estratégia de política desportiva eficiente e globalmente legitimada.

Edgar Morin (2015) considera que existem duas abordagens à razão humana e ao conhecimento do mundo: a racionalização e a racionalidade. Enquanto a racionalização procura encerrar a realidade num sistema coerente e tudo o que é contrário a esse sistema coerente é descartado, esquecido, posto de lado e visto como uma ilusão ou uma impressão, a racionalidade é o diálogo incessante entre os nossos espíritos, que criam estruturas lógicas aplicáveis ao mundo, e o mundo real. E quando o mundo não está de acordo com o nosso sistema lógico, é necessário admitir que o nosso sistema lógico é inadequado e cobre apenas uma parte do real.

Até agora, o conceito de *sportswashing* tem sido um processo de racionalização que se reduz à crítica dos inimigos de quem o enuncia e, necessariamente, à rejeição de qualquer evidência que possa contradizer essa crítica. Para que o debate sobre o uso político do desporto seja frutífero e útil, é necessário prescindir de conceitos que limitam a análise e, seguindo Morin (2015), estabelecer canais de racionalidade que permitam abordar a realidade sem dogmatismos e limitações ideológicas.

## **Bibliografia**

Boykoff, J. (2022). Toward a theory of sportswashing: mega-events, soft power, and political conflict. *Sociology of Sport Journal*, 39(4), 342-351.

Chadwick, S., & Widdop, P. (2022): Saudi Arabia and Sport in the 21st Century: From Oil and Gas to Event-Driven Change. In Reiche, D. & Brannagan, P. (eds.): *Routledge Handbook of Sport in the Middle East* (pp. 231-241). Routledge.

Comissão Europeia (2007), *White Paper on Sport*, accessible online in: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52007DC0391>

Comissão Europeia (2011), “Developing the European dimension of sport”, accessible *online* in: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52011DC0012>

Comité Olímpico do Catar (2011). *Sports Sector Strategy 2011-2016*. Retrieved from [http://blogs.napier.ac.uk/qatar2022/wp-content/uploads/sites/29/2015/06/sports\\_sector\\_strategy\\_final-English.pdf](http://blogs.napier.ac.uk/qatar2022/wp-content/uploads/sites/29/2015/06/sports_sector_strategy_final-English.pdf)

Elsborg, S. (2018, 4. September). Sport as a driving factor in Qatar’s National Development Strategy 2018-2022. *Play the game*. Retrieved from [https://www.playthegame.org/news/comments/2018/073\\_sport-as-a-driving-factor-in-qatars-national-development-strategy-2018-2022/](https://www.playthegame.org/news/comments/2018/073_sport-as-a-driving-factor-in-qatars-national-development-strategy-2018-2022/)

Elsborg, S. (2022, 27. October). The Saudis in sport: Ambitions much larger than sportswashing. *Play the game*. Retrieved from <https://www.playthegame.org/news/the-saudis-in-sport-ambitions-much-larger-than-sportswashing/>

Elsborg, S. (2023, 12. January). The expansion of Saudi investment in sport: From football to esports. *Play the game*. Retrieved from <https://www.playthegame.org/news/the-expansion-of-saudi-investments-in-sport-from-football-to-esport/>

Fruh, K., Archer, A., & Wojtowicz, J. (2022). Sportswashing: Complicity and corruption. *Sport, Ethics and Philosophy*, 1-18.

General Secretariat for Development Planning (2008). *The Qatar 2030 vision*. Retrieved from <https://www.gco.gov.qa/wp-content/uploads/2016/09/GCO-QNV-English.pdf>

General Secretariat for Development Planning (2011). *Qatar National Development Strategy 2011-2016*. Retrieved from [https://www.psa.gov.qa/en/nds1/Documents/NDS\\_ENGLISH\\_SUMMARY.pdf](https://www.psa.gov.qa/en/nds1/Documents/NDS_ENGLISH_SUMMARY.pdf)

General Secretariat for Development Planning (2018) *Qatar Second National Development Strategy*. Retrieved from <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/qat181692E.pdf>

Kobierecki, M. M., & Strożek, P. (2021). Sports mega-events and shaping the international image of states: How hosting the Olympic Games and FIFA World Cups affects interest in host nations. *International Politics*, 58(1), 49-70.

Krzyzaniak, J. S. (2016). The soft power strategy of soccer sponsorships. *Soccer & Society*, 19(4), 498–515. DOI :10.1080/14660970.2016.1199426

Lareau, C. (2022). Números, vergüenzas y pleitos venideros: El mundial de fútbol de Catar es el mayor ejercicio de sportwashing hasta la fecha. *Inversión: el semanario líder de bolsa, economía y gestión de patrimonios*, (1311), 10-13.

Lenskyj, J. H. (2020). *The Olympic Games: A Critical Approach*. Bingley: Emerald Publishing.

Lyon T and Montgomery A (2015) The means and end of greenwash. *Organization and Environment* 28(2): 223–249.

Morin, E. (2015). *Introduction à la pensée complexe*. Média Diffusion.

Næss, H. E. (2020). Sociology and the ethnography of human rights at mega-sport events. *Current Sociology*, 68(7), 972-989.

Ronay, B. (2019, 15. February). Sportswashing and the tangled web of Europe's biggest clubs. *The Guardian*. Retrieved from:

<https://www.theguardian.com/football/2019/feb/15/sportswashing-europes-biggest-clubs-champions-league-owners-sponsors-uefa>

Skey, M. (2022). Sportswashing: Media headline or analytic concept?. *International Review for the Sociology of Sport*, 10126902221136086.

Søyland, H. S., & Moriconi, M. (2022). Qatar's multi-actors sports strategy: Diplomacy, critics and legitimisation. *International Area Studies Review*, 25(4), 354-374.

Wexler L (2013) Extralegal white washes. *DePaul Law Review* 61(3): 817–856.